



## **RESPONSABILIDADE SOCIAL UNIVERSITARIA E TERCEIRA MISSÃO: UM ESTUDO DE CASO EM UMA UNIVERSIDADE CATARINENSE**

**LARISSA KVITKO**

Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC)

[kvitko.la@hotmail.com](mailto:kvitko.la@hotmail.com)

**IARA REGINA DOS SANTOS PARISOTTO**

Fundação Universidade Regional de Blumenau (FURB)

[iaraparisotto@hotmail.com](mailto:iaraparisotto@hotmail.com)

**JUCIELE MARTA BALDISSARELLI**

Universidade Alto Vale do Rio do Peixe (UNIARP)

[jucielemarta\\_baldissarelli@hotmail.com](mailto:jucielemarta_baldissarelli@hotmail.com)

### **RESUMO**

O presente estudo tem como objetivo: Compreender a contribuição das ações de terceira missão de caráter social de uma universidade catarinense em relação aos sete pilares de Responsabilidade Social Universitária (RSU), propostos pelo SINAES. No que diz respeito ao delineamento da pesquisa, caracteriza-se como descritiva, quanto aos objetivos, estudo de caso quanto aos procedimentos e qualitativa quanto à abordagem. O estudo foi realizado em uma universidade catarinense e, a coleta de dados deu-se por meio da realização de grupos focais com coordenadores, professores e alunos envolvidos com as ações de terceira missão/ projetos de extensão. Para a análise dos dados, foi empregada a análise de conteúdo com o emprego da categorização dedutiva. Como resultado conclui-se que, as ações de extensão da universidade são socialmente responsáveis contribuindo principalmente para desenvolvimento socioeconômico, por meio de atividades educacionais que geram profissionais mais qualificados e com maior probabilidade de ter acesso a melhores condições de trabalho e renda.

**Palavras-chave:** universidade; terceira missão social; responsabilidade social universitária.

# 1 INTRODUÇÃO

A Responsabilidade Social Universitária (RSU) é um tema que ganha cada vez mais destaque no cenário acadêmico brasileiro, como consequência de diversas ações de marketing implementadas pelas IESs privadas, que, por sua vez, derivaram diretamente do crescimento da Responsabilidade Social Corporativa e do terceiro setor (CALDERÓN, 2006; FUENTES; VALLAEYS; CASTRILLÓN, 2018; MANCINELLI; CÉLIO; CALDERÓN, 2019).

Para Calderón (2006, p. 8), as discussões em torno da RSU “[...] fazem parte de uma tradição universitária, latino-americana, pautada pela defesa de ideais humanísticos, em prol de uma universidade comprometida na luta contra a pobreza e pela construção de uma sociedade mais justa e democrática”.

Seguindo a mesma linha de raciocínio, Calderón (2006), Breña e Molina (2010) e Fuentes, Vallaeys e Castrillón (2018) defendem que a RSU se refere às obrigações que a universidade possui em relação à sociedade que a financia. Obrigações estas que se traduzem por meio da busca de soluções para os problemas sociais que se apresentam, como a necessidade de uma distribuição de renda mais justa e igualitária e a promoção social de grupos que se encontram à margem da sociedade.

Considerando a perspectiva sobre RSU apresentada, pode-se afirmar que, a maior parte dessas ações se consolida por meio das atividades de extensão, consideradas a terceira missão das universidades, uma vez que, estas propõem o compartilhamento de conhecimento gerado em meio acadêmico para a comunidade, no intuito de promover o seu desenvolvimento.

A partir de 2004, a RSU foi incluída na agenda pública educacional, em decorrência de ter se tornado uma das dimensões a ser avaliada nas instituições de ensino, pelo Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior (SINAES). Como consequência, houve um aumento das discussões em torno dessa temática, assim como uma maior preocupação por parte das instituições de ensino para institucionalizar ações de responsabilidade social.

Segundo Brasil (2004), a Lei nº 10.861, de 14 de abril de 2004, que incluiu a RSU como um dos itens de avaliação institucional, especifica em seu artigo 3º, inciso III, que a RSU deve ser considerada, no que se refere à sua contribuição, em sete elementos primordiais: (1) inclusão social; (2) desenvolvimento econômico; (3) desenvolvimento social; (4) defesa do meio ambiente; (5) defesa da memória cultural; (6) defesa da produção artística; e (7) conservação do patrimônio cultural (BRASIL, 2004).

Sendo assim, o objetivo deste estudo é: Compreender a contribuição das ações de terceira missão de caráter social de uma universidade catarinense em relação aos sete pilares de Responsabilidade Social Universitária (RSU), propostos pelo SINAES. Diante do objetivo apresentado, propõe-se a seguinte pergunta de pesquisa: De que forma as ações de terceira missão de cunho social de uma universidade catarinense, contribuem na prática, para os sete pilares de RSU, propostos pelo SINAES?

Essa pesquisa justifica-se, pois, a maior parte das pesquisas voltadas para a compreensão da terceira missão nas universidades, possui um viés econômico, sendo assim, existe uma lacuna de estudos voltados para a compreensão das atividades de terceira missão de cunho social, conforme destacam Cinar (2019) e Schnurbus e Edvardsson (2020).

Diante disso, esse estudo tem o intuito de trazer uma contribuição teórica sobre atividades de terceira missão de cunho social, em instituições de ensino superior. O artigo também tem o potencial de contribuir na prática, para que professores e

pesquisadores possam compreender a importância das ações de terceira missão de cunho social para o desenvolvimento da sociedade e desenvolver um maior engajamento com a execução dessas atividades.

## 2 FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA

No intuito de alicerçar essa pesquisa, a fundamentação teórica irá abordar a Responsabilidade Social Universitária, assim como os sete elementos da RSU, que são levados em conta na perspectiva do SINAES e, por fim, será discutido o conceito de terceira missão.

### 2.1 RESPONSABILIDADE SOCIAL UNIVERSITÁRIA NO BRASIL

Iparraguirre (2008) entende a RSU como a concretização desta por meio dos objetivos institucionais, que seriam: promover a formação científica, humana, profissional, técnica e artística em um nível elevado; colaborar com o desenvolvimento econômico e humano; proporcionar a criação, o desenvolvimento e a transmissão do saber; auxiliar na conservação da cultura local e no desenvolvimento de atitudes e valores que demandam a formação de indivíduos responsáveis, éticos, solidários e que possuam uma consciência reflexiva, inovadora e crítica e que, ainda, sejam aptos a contribuir com melhoria da qualidade de vida, com a preservação do meio ambiente, das instituições e da democracia.

Na visão de Calderón (2006) e Ramos-Monge, Audet e Barrena-Martínez (2017), o papel das universidades é essencial no desenvolvimento social, ou seja, uma vez voltado para uma economia baseada no conhecimento, assume um papel estratégico no bem-estar das nações. Nessa perspectiva, as IESs são consideradas relevantes por sua capacidade de afetar vários grupos de *stakeholders*, a exemplo de estudantes, comunidades e sociedade em geral. Dessa forma, a RSU representa uma oportunidade para promover o desenvolvimento social a partir do cerne da universidade.

Conforme exposto por Calderón (2006), os debates em torno da RSU, no Brasil, assim como o aumento da preocupação das instituições de ensino em elaborar políticas e diretrizes para implementá-la, ganharam força a partir do ano de 2004, quando foi sancionada a Lei nº 10.861, em 14 de abril de 2004, que originou o SINAES, que incluiu a RSU, como um dos itens de avaliação institucional.

Segundo Brasil (2004), a Lei nº 10.861, de 14 de abril de 2004, especifica em seu artigo 3º, inciso III, que a RSU deve ser considerada, no que se refere à sua contribuição, em sete elementos primordiais: (1) inclusão social; (2) desenvolvimento econômico; (3) desenvolvimento social; (4) defesa do meio ambiente; (5) defesa da memória cultural; (6) defesa da produção artística; e (7) conservação do patrimônio cultural (BRASIL, 2004).

Os sete elementos considerados pelo SINAES como ações de RSU são empregados neste estudo como categorias de análise, uma vez que os projetos de extensão foram selecionados de acordo com a sua contribuição para esses indicadores, que serão discutidos de modo mais aprofundado a seguir:

Dias Sobrinho (2010), Aprile e Barone (2018) e Deloitte (2019), definem a exclusão social como um rótulo utilizado para definir as consequências sofridas por indivíduos ou áreas que sofrem de uma combinação de problemas, tais como desemprego, baixa qualificação, baixa renda, moradia precária, ambientes com alta criminalidade, saúde precária e desagregação familiar.

No contexto da educação, Dias Sobrinho (2010) aponta que, discentes considerados vulneráveis em relação à sua condição socioeconômica, sofrem de diversos modos com a exclusão educacional. Como exemplos dessa exclusão, o autor cita o preconceito, a falta de oportunidade que muitos estudantes possuem de estudar em seu local de origem, dificuldade de acesso à cultura e escolarização deficiente.

Dias Sobrinho (2010), Lemos (2017) e Aprile e Barone (2018) apontam que, a exclusão educacional é uma barreira que precisa ser superada e, para tanto, se faz necessária uma sociedade que trate a justiça e a equidade social como prioridade. Nessa perspectiva, a expansão do acesso ao ensino superior, assim como planos de permanência para esses discentes que apresentam inserção pouco significativa nas universidades, são uma necessidade.

Sendo assim, é dever das IESs, por meio de ações de responsabilidade social, buscar meios para que, esses indivíduos possam ser incluídos socialmente, tendo acesso aos mesmos direitos e oportunidades que os indivíduos socialmente incluídos possuem (CALDERÓN, 2006; FUENTES; VALLAEYS; CASTRILLÓN, 2018).

De acordo com Lall e Kraemer-Mbula (2005), Bruno (2011) e Kruss et al. (2015), quanto maior o nível de escolaridade e o acesso a uma educação complexa, maior o número de profissionais qualificados a atuar no mercado de trabalho, favorecendo a introdução de inovação e garantindo que se trabalhe com elas de maneira eficaz. Por sua vez, quanto mais qualificada é a força de trabalho, maior a sua capacidade de realizar tarefas de alta complexidade, maior a sua produtividade e capacidade de raciocínio e criatividade – competências bastante valorizadas pelas organizações, atualmente.

Lall e Kraemer-Mbula (2005) destacam que, é por meio da construção de capacidades para aprender – viabilizadas estas por um ensino de excelência –, que um país aumenta sua capacidade de se desenvolver. Para Bruno (2011), a educação ainda pode contribuir para o desenvolvimento econômico, por meio da geração de emprego e renda, combatendo o desemprego estrutural, mediante o fomento ao empreendedorismo, apoio na criação de cooperativas e empresas consideradas auto gestonárias e de economia solidária.

Diante da perspectiva apresentada, é possível constatar que a universidade atua como um agente impulsionador do desenvolvimento econômico, principalmente no que se refere à economia de seu entorno, pois colabora de modo significativo para o crescimento e desenvolvimento dos locais onde estão situadas, por meio do fornecimento de profissionais capacitados, de estímulo à inovação e da inserção de novas tecnologias.

Por sua vez, o papel da universidade em relação ao desenvolvimento social relaciona-se diretamente com o conceito de RSU. Calderón (2006), Ribeiro e Magalhães (2014) e Fuentes, Vallaeys e Castrillón (2018) colocam que, de acordo com os conceitos de RSU, a universidade tem uma obrigação para com a sociedade que a apoia e financia e, dessa forma, deve oferecer soluções para os mais diversos problemas enfrentados pela sociedade, contribuindo para o desenvolvimento e, conseqüentemente, melhorando a qualidade de vida da população.

A educação contribui para o desenvolvimento das mentes humanas para que se tornem proativas para o pleno exercício da cidadania: dessa maneira, tornam-se capazes de pensar e promover ações criativas orientadas para a construção de sociedades socialmente responsáveis e, ainda, economicamente sustentáveis (RIBEIRO; MAGALHÃES, 2014).

Seguindo essa linha de pensamento, Fuentes, Vallaeys e Castrillón (2018) afirmam que a universidade pode e deve superar as fronteiras de sua função clássica de

produção e reprodução do conhecimento, fornecendo uma educação que prepare indivíduos para o pleno exercício da cidadania democrática, produzindo conhecimento científico e tecnológico e, ainda, atividades de pesquisa orientadas para o atendimento dos problemas sociais e das demandas da comunidade, visando, com isso, o desenvolvimento local e a conseqüente melhoria da qualidade de vida da população.

A defesa do meio ambiente, no contexto da educação e, conseqüentemente, das universidades como instituições que objetivam, entre outras funções, criar e disseminar conhecimento, é garantida, de acordo com Brasil (1999), pela promulgação da Lei nº 9.795, de 27 de abril de 1999, que dispõe sobre a educação ambiental e institui a Política Nacional de Educação Ambiental (PNEA).

A partir de sua promulgação, e de sua inclusão como um dos subitens a serem avaliados pelo SINAES – no que se refere à RSU –, começou a haver uma maior preocupação das instituições de ensino em incluírem a defesa e a educação do meio ambiente em seus debates e práticas. Essas discussões que, ocorrem em meio acadêmico, garantem a formação de profissionais capacitados a atuar no mercado de trabalho de maneira ética e preocupada em agir em defesa do meio ambiente, assim como na formação de cidadãos críticos e com habilidades e conhecimentos imprescindíveis para contribuir com a melhoria e desenvolvimento do seu entorno.

De acordo com Marshall (2008) e Assmann (2011), a memória cultural refere-se a recordações objetivas, reconhecidas e legitimadas, e que podem ser guardadas, repassadas e reintegradas pelas gerações futuras. Sendo assim, a memória cultural é composta por heranças que se materializam por meio de escrituras, costumes, construções, comemorações, ferramentas e textos, assim como uma variedade de outros elementos que podem ser associados ao passado. Dessa forma, a preservação da memória cultural garante a preservação dos costumes já legitimados, os quais os seres humanos buscam a fim de alicerçar suas próprias identidades e se identificar como membro de um grupo.

A defesa da memória coletiva é fundamental para o desenvolvimento e preservação das nações, pois funciona como uma força unificadora coletiva e garante que conhecimentos que tenham sido obtidos, ao longo do tempo, não se percam (MARSHALL, 2008).

Na percepção de Nunes, Pereira e Pinho (2017), a universidade possui, como um dos seus objetivos, a produção do conhecimento orientado ao desenvolvimento cultural, mediante a realização de atividades que tenham, como objetivo, o fomento da educação, da cultura, da saúde, do emprego, da ciência e do meio ambiente. Nunes, Pereira e Pinho (2017, p. 173) reforçam, ainda, a importância das atividades de extensão para o desenvolvimento cultural:

Neste contexto, as atividades de extensão voltadas para a promoção da arte e cultura destinadas às demandas do entorno social e cultural articulando os conhecimentos e os currículos deverão estar apoiados e difundidos nas diversas manifestações culturais advindas das demandas da comunidade acadêmica. Estas ações poderão ser fortalecidas na relação, por exemplo, com cursos na área de Artes, Teatro, Educação do Campo, Música, entre outros, valorizando tanto o saber das atividades acadêmicas de ensino, pesquisa e extensão quanto os saberes populares (NUNES; PEREIRA; PINHO, 2017, p. 173).

Para que seja possível promover o desenvolvimento cultural, é fundamental a preservação da memória cultural, como forma de conservar os conhecimentos acumulados pela humanidade ao longo do tempo. Sendo assim, as universidades, como instituições que visam desenvolver e disseminar o conhecimento exercem um papel

essencial na manutenção da memória cultural, garantindo que todo conhecimento desenvolvido, ao longo do tempo, seja conservado e repassado para as gerações futuras.

A questão da conservação do patrimônio cultural está intrinsecamente relacionada à preservação da memória cultural, uma vez que os bens móveis e imóveis que se deseja preservar também são fruto de uma herança histórica. Sendo assim, a conservação e a proteção do patrimônio cultural deve ser uma preocupação de diversas instituições, como o poder público, as instituições de ensino e outros tipos de organizações em geral. De acordo com Horta, Grumberg e Monteiro (1999), é imprescindível a implementação de ações educacionais e políticas públicas, no sentido de sensibilizar e conscientizar as razões de preservar, de que modo esta preservação deve ocorrer e, ainda, o que deve ser preservado.

## 2.2 TERCEIRA MISSÃO

A terceira missão, também conhecida como extensão é considerada uma das três funções de uma universidade, sendo a primeira o ensino e, a segunda caracterizada pela pesquisa. A terceira missão refere-se ao compartilhamento de conhecimento produzido em meio acadêmico, com a comunidade (JORGE; PEÑA, 2017). Segundo Saad e Zawdie (2011), a terceira missão pode ser descrita como a contribuição das IESs para o desenvolvimento social e econômico de seu entorno.

Na visão de Montesinos et al. (2008), a terceira missão das universidades possui três dimensões: (1) social, que caracteriza-se pela oferta de serviços pela universidade para a sociedade, sem o intuito de obter vantagens econômicas; (2) empresarial que, por sua vez caracteriza-se pela prestação de serviços, a exemplo de consultorias ou registro de patentes; e (3) inovadora que, envolve serviços, produtos ou processos que as unidades ou institutos de pesquisa são capazes de transmitir à sociedade, pode-se citar como exemplo, a busca de sementes ou capital de risco, networking empresarial, criação de empresas para exploração de patentes, consultoria para governos, entre outros.

Tendo em visto o que foi discutido, assume-se nesta pesquisa que, a Responsabilidade Social Universitária expressa uma obrigação da universidade, de contribuir com sociedade que a apoia e financia (FUENTES, VALLAEYS e CASTRILLÓN, 2018). Por sua vez, a maior parte das ações de RSU se concretizam por meio das atividades de extensão ou terceira missão da universidade, contribuindo assim para a inclusão social, para o desenvolvimento econômico e social, para a defesa e preservação do meio ambiente, da memória cultural, da produção artística e da conservação do patrimônio cultural.

## 3 PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

No tocante ao delineamento de pesquisa, esse estudo configura-se como descritivo em relação aos seus objetivos; quanto aos seus procedimentos, é considerado um estudo de caso, e, quanto à sua abordagem, caracteriza-se como qualitativo.

Os resultados desta pesquisa foram gerados por meio de pesquisa bibliográfica, documental e da realização de grupos focais realizados com coordenadores, professores e alunos bolsistas participantes de projetos de extensão de cunho social de uma universidade catarinense.

De acordo com Morgan (1996), grupo focal é considerado um método de pesquisa que objetiva coletar informações, por meio da interação de pessoas que, reunidas, discutem um tema específico proposto pelo pesquisador.

Para a coleta de dados primários foram selecionados 6 projetos de extensão, de um universo de 84 projetos de extensão ativos. Foram priorizados para a seleção, projetos de cunho social que, estivessem em vigência por um maior período de tempo e que, possuíssem um maior número de participantes.

Após a seleção dos projetos, foi feito contato com os coordenadores dos mesmos, solicitando a participação na pesquisa. Desse modo, foram agendados 6 grupos focais, sendo um por projeto de extensão, contando em sua totalidade com 38 participantes.

Para a realização dos grupos focais, foi elaborado um roteiro de entrevistas contendo perguntas abertas. A fim de se analisar os dados oriundos dos grupos focais, optou-se pela utilização do método análise de conteúdo, uma técnica de investigação que, segundo Gibbs (2009) e Bardin (2011), através de uma descrição objetiva, sistemática e qualitativa do conteúdo manifesto das comunicações, tem por finalidade a interpretação destas mesmas comunicações.

Os grupos focais foram filmados e os áudios transcritos em formato de texto e então, inseridos no *software* para análise de dados qualitativos MAXQDA, versão 2020. Desse modo, os dados foram analisados para responder à pergunta de pesquisa: De que forma as ações de terceira missão de cunho social de uma universidade catarinense, contribuem na prática, para os sete pilares de RSU, propostos pelo SINAES?

#### **4 ANÁLISE E DISCUSSÃO DE RESULTADOS**

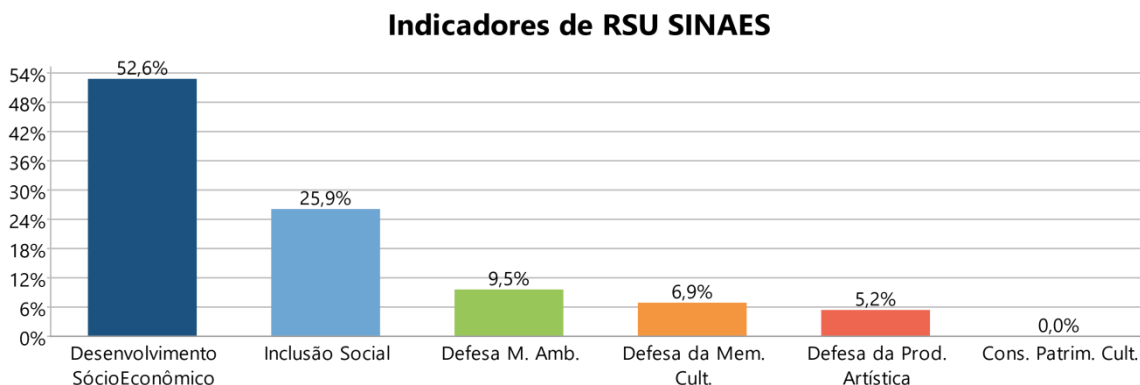
A coleta de dados junto aos 6 grupos focais, possibilitou que coordenadores, professores e alunos bolsistas participantes de projetos de extensão analisados, se expressassem sobre como as ações de terceira missão de cunho social, colocam em prática a Responsabilidade Social Universitária, por meio da realização de atividades que promovam a inclusão social, o desenvolvimento econômico e social, a defesa do meio ambiente, da memória cultural e, da produção artística e, por fim a conservação do patrimônio cultural. As entrevistas com os grupos focais geraram uma valiosa fonte de dados, pois, os mesmos tiveram a possibilidade de discorrer livremente a respeito do tema, complementando suas ideias, discutindo concordâncias e discordâncias e apresentando exemplos ilustrativos.

Foi possível perceber conforme o gráfico 1, que os projetos de extensão analisados promovem a Responsabilidade Social Universitária, contribuindo em primeiro lugar para o Desenvolvimento Social e Econômico, contando com 52,6% de frequência, nos relatos dos entrevistados; em segundo lugar contando com 25,9% dos relatos, os projetos de extensão contribuem para a inclusão social, tanto de alunos quanto dos membros da comunidade; contribuem também para a defesa e conservação do meio ambiente, aparecendo com 9,5% de frequência nos relatos; a defesa da memória cultural aparece com 6,9% de frequência dos relatos e, contando com 5,2% dos relatos, constatou-se que, as ações de extensão também contribuem para a defesa da produção artística. Por fim, dos projetos de extensão analisados, nenhum contribuiu para a conservação do patrimônio cultural.

Destaca-se que, os indicadores de desenvolvimento econômico e de desenvolvimento social, foram analisados conjuntamente e denominados aqui de desenvolvimento socioeconômico, pois, estão intrinsecamente relacionados. A universidade contribuiu para o desenvolvimento econômico, principalmente por meio da educação, formando profissionais qualificados, criativos e capazes de resolver problemas (KRUSS et al, 2015) e, ainda por meio da geração de emprego e renda (BRUNO, 2011). Por sua vez, a universidade também contribui para o desenvolvimento

social por meio da educação, formando profissionais e cidadãos, proativos no exercício da cidadania, capazes de contribuir para a construção de uma comunidade socialmente responsável e, economicamente sustentável (RIBEIRO; MAGALHÃES, 2014).

Gráfico 1: Contribuição dos projetos de extensão pros indicadores de RSU



Fonte: Dados da Pesquisa

Tais contribuições dos projetos de extensão, para o desenvolvimento socioeconômico ficam evidentes no discurso dos entrevistados:

“[...] também acho que entra na questão de melhorar a qualidade de vida, a questão também de formação, que já teve algumas questões que o projeto trouxe para eles. Também toda vez que a gente vai lá e conversa com eles, algumas situações que são coisas que talvez eles, não sei, passem a ver de forma diferente, conhecimento para a vida (Aluno bolsista).”

“Eu sou professora de música também, mas eu sou de instrumentos, afeta muito a forma como o Professor trata a gente, tipo assim, eu penso em como eu devo lidar com as situações, que eu trabalho com crianças do ensino fundamental, então são vários pontos que são muito delicados que a gente precisa [...] (Aluno bolsista).”

“A partir do momento em que você melhora as condições de renda eles podem, por exemplo, sair de condições de locais às vezes, que são já ruas ou situações de perigo ou de risco [...] (Coordenador do Projeto)”.

Diante do exposto, é possível constatar que, as ações de terceira missão contribuem para o desenvolvimento socioeconômico, por meio de ações educativas que, podem ser formais ou informais. Essas ações geram profissionais mais capacitados que, possuem uma maior probabilidade de acessar melhores condições de renda e trabalho. Por sua vez, melhores condições de renda e trabalho possibilitam uma melhoria da qualidade de vida, possibilitando, por exemplo, uma melhora das condições de moradia. Destaca-se também que, aquilo que os participantes vivenciam como participantes dos projetos reverbera na sociedade, tornando-os cidadãos mais conscientes e ativos de seu papel como cidadãos.

Lemos (2017) e Aprile e Barone (2018) afirmam que, a exclusão educacional é uma barreira que precisa ser superada. Nessa perspectiva, a universidade precisa repensar estratégias de permanência para os discentes que, sofrem com a exclusão, para que, possam ser incluídos socialmente (FUENTES; VALLAEYS; CASTRILLÓN, 2018).



Tais contribuições das ações de terceira missão, para a inclusão social, ficam claras, no discurso dos entrevistados:

“[...] então por outro lado também tem uma ação social desses imigrantes, dessas pessoas, como a professora comentou, que chegam no país e, às vezes, não são direcionados de forma correta pelo poder público e são abraçados por esses agrupamentos de pessoas que de uma certa forma são ajudadas ou, vamos dizer assim, uma tentativa de proteção por meio de uma universidade que tem um projeto de extensão com eles (Professor)”.

“Eu pedi a bolsa, principalmente porque os meus pais foram morar no Paraná, então eu tenho que me virar sozinha na minha cidade, e se eu não tivesse a bolsa do coro eu provavelmente não conseguiria ficar lá e continuar com a faculdade aqui, então a bolsa do coro foi muito importante para eu poder continuar aqui na universidade no caso morando na minha cidade (Aluno bolsista)”.

Por meio dos relatos dos entrevistados, percebe-se que os projetos de extensão atuam, contribuindo pra inclusão social, por meio da concessão de bolsas de estudo que, muitas vezes são essenciais para a permanência dos discentes, que possuem uma baixa renda, em um curso de graduação. Porém, os estudantes não são os únicos beneficiados. Os projetos de extensão de cunho social, são abertos à comunidade e, promovem a inclusão de diversos indivíduos excluídos socialmente, como por exemplo, os usuários do CAPS (Centros de Atenção Psicossocial), que, com o apoio dos projetos, indivíduos, muitas vezes em sofrimento mental grave, passam a frequentar os espaços da universidade, tendo acesso a cursos de formação e passando a fazer parte de grupos, onde se sentem acolhidos e apoiados.

A universidade possui também um papel importante, no que diz respeito à conscientização acerca da defesa e da preservação do meio ambiente. O discurso dos entrevistados deixa evidente que, ações que buscam promover essa conscientização, ocorrem com frequência no meio acadêmico por meio da inclusão dessa pauta nos cursos de formação e no exercício das atividades cotidianas dos projetos:

“[...] toda a produção artesanal que ela incentiva eles né, que ela ajuda eles nessa qualificação, é sempre com o menor impacto possível ao meio ambiente. Então eles utilizam muito essa questão do artesanato, vinculado à preservação do meio ambiente e ao menor impacto possível. Então tem muito essa discussão (Aluno bolsista)”.

“A gente aprender a juntar o nosso lixo já é alguma coisa, né? Porque várias vezes a gente se percebe tendo algumas atitudes, que são [...] meu deus, eu não acredito que eu fiz isso, que eu deixei o meu copo plástico lá jogado, joguei minha garrafinha de água que eu poderia reutilizar, fora. (Aluno bolsista)”.

Como principal benefício das ações de conscientização sobre a importância da defesa e da preservação do meio ambiente, pode-se citar a formação de profissionais e cidadãos mais éticos, que passam a ter atitudes orientadas para a melhoria do ambiente em que vivem e ainda, para um desenvolvimento que seja sustentável em todas as suas dimensões.

Na visão de Marshall (2008), a defesa da memória coletiva é fundamental para o desenvolvimento e preservação das nações, pois, garante a preservação de conhecimentos que foram acumulados ao longo da história. Por sua vez, Nunes, Pereira e Pinho (2017), defendem que, a universidade possui, como um dos seus objetivos, a

produção do conhecimento orientado ao desenvolvimento cultural. Essa produção de conhecimento ocorre por meio da realização de atividades que se destinam ao fomento da educação e da cultura. Diante do exposto, fica evidente por meio dos relatos dos entrevistados que, ações de terceira missão da universidade, contribuem para a preservação da memória cultural:

“Como eu disse anteriormente, sobre a cidade, sobre a cultura daqui, que pelo menos a gente mora há anos dentro da cidade, e a gente não sabe de nada que acontece aqui dentro, de nada da história da cidade. E a dança, essa dança, oportuniza essa questão, de a gente conhecer mais onde a gente vive (Aluno bolsista)”.

“Então, é desde as nossas relações, aqui dentro da instituição mesmo, com pessoas de outros setores [...] às vezes a gente tem ensaio aberto, já teve pessoas de outros cursos que vieram assistir, a gente participa de eventos de outros cursos e tem as apresentações que acontecem aqui dentro mesmo. Então, só ali, já vai criando muita relação e é uma relação tanto do conhecimento dessa cultura alemã, tu levar essa cultura que, a gente se apropria aqui, e vai levando isso para os ambientes externos, partindo né, da comunidade universitária primeiro e, depois expandindo isso, com toda essa construção de saberes (Aluno bolsista)”.

Por fim, é possível constatar também, por meio dos relatos dos participantes das ações de terceira missão de cunho social, que os projetos de extensão contribuem para a defesa do patrimônio artístico e cultural:

“Na realidade, assim como todos os projetos de arte, ligados a arte, são projetos de produção cultural, a universidade tem esses projetos para mostrar um pouco da arte que é produzida dentro da universidade, então o objetivo inicial e imediato é isso, é um projeto que pretende fazer com que a universidade consiga mostrar a produção artística que circula dentro da universidade (Coordenador do projeto)”.

“Criamos um instagram e reproduzimos alguns conteúdos, a ideia também de oferecer oficinas e essas oficinas, com o instagram, acabaram tendo adesão de pessoas de vários lugares do Brasil e essas oficinas, elas não poderiam ser sobre a cultura aqui da nossa região, então a gente ofereceu algumas oficinas cujo título era linhas da memória e aí trabalhar bordado em fotografia e depois oficina também com tema de cidades invisíveis, essa das cidades invisíveis foi tanto de bordar fotos quanto aquarelas (Coordenadora do projeto)”.

“O projeto possibilitou uma troca importante de informações entre os participantes, tem uma diversidade muito grande de artistas no projeto, cada um deles trabalha com uma técnica diferente e isso possibilitou um aprendizado pra todo mundo, inclusive para os próprios familiares dos participantes, que em alguns casos acabaram se envolvendo com o que era produzido (Coordenadora do projeto)”.

Por fim, com base nas entrevistas com os 6 grupos focais, foi possível observar que, as ações de terceira missão de cunho social, atendem as dimensões de responsabilidade social universitária, propostas pelos SINAES.

De acordo com Iparraguirre (2008) a RSU se concretiza por meio da promoção à formação científica, humana, profissional, técnica e artística em um nível elevado, da colaboração com o desenvolvimento econômico e humano, além de proporcionar a criação, o desenvolvimento e a transmissão de saberes; auxiliar na conservação da cultura local e no desenvolvimento de atitudes e valores,

imprescindíveis para a formação de indivíduos responsáveis, éticos, solidários, aptos a contribuir com melhoria da qualidade de vida, com a preservação do meio ambiente da democracia.

Por meio dos relatos colhidos nos grupos focais, e levando em consideração a perspectiva de Iparraguire (2008), sobre RSU, fica evidente a contribuição das ações de terceira missão de cunho social, para essa questão. É muito presente nos relatos, o potencial que esses projetos possuem em formar, cidadãos socialmente responsáveis, mais conscientes e capazes de contribuir com o desenvolvimento de seu entorno e, com a melhoria da qualidade de vida dos indivíduos que ali habitam.

Observou-se também que, as ações de terceira missão da universidade, têm um efeito em seus participantes no que concerne à sua integralidade. O foco principal de um projeto pode ser o desenvolvimento econômico, porém, outras contribuições são percebidas, como por exemplo, a inclusão social. Observa-se essa questão em todos os projetos analisados: todos possuem um foco principal, mas acabam impactando positivamente o ser humano em sua totalidade, não só nos indicadores de RSU propostos pelo SINAES, como em diversos outros indicadores de qualidade de vida, como a melhoria das condições de renda e trabalho, qualificação profissional, melhoria das condições de saúde física e mental, entre outros.

## 5 CONCLUSÃO

O presente artigo teve como objetivo: Compreender a contribuição das ações de terceira missão de caráter social de uma universidade catarinense em relação aos sete pilares de Responsabilidade Social Universitária (RSU), propostos pelo SINAES. Desse modo, conclui-se que, as atividades de extensão analisadas, atendem seis, dos sete pilares de RSU, propostos pelo SINAES. Não foram observadas ações, que objetivassem a conservação e defesa do patrimônio cultural, o que não significa que, essa dimensão não é contemplada pelas ações da universidade ou por atividades de outros projetos de extensão que, não fizeram parte desta análise.

Com base nos depoimentos dos coordenadores, professores e alunos participantes dos projetos, é possível responder à pergunta de pesquisa inicialmente proposta - De que forma as ações de terceira missão de cunho social de uma universidade catarinense, contribuem na prática, para os sete pilares de RSU, propostos pelo SINAES?

As ações de terceira missão de cunho social contribuem para o (1) desenvolvimento socioeconômico, por meio de atividades educacionais que podem ser formais ou informais, e que, por sua vez, geram profissionais mais qualificados e com maior probabilidade de ter acesso a melhores condições de trabalho e renda; Por sua vez, os projetos contribuem para a (2) inclusão social, tanto dos estudantes: por meio de concessão de bolsas de estudo que, possibilitam a permanência dos estudantes em um curso de graduação, quanto de membros da comunidade que, podem participar gratuitamente dos projetos que são oferecidos e, como consequência passam a fazer parte de um grupo, encontram acolhimento e passam a ter acesso formação educacional; Os projetos também atuam no que concerne a conscientização acerca da (3) defesa e preservação do meio ambiente, propondo debates e educando os participantes dos projetos em relação a importância de reuso de materiais, reciclagem e descarte correto do lixo. Percebe-se também, uma contribuição para a (4) preservação da memória e da (5) defesa do patrimônio artístico, principalmente por meio de atividades artísticas que, resgatam a história e a cultura dos imigrantes que, foram as responsáveis pela colonização da cidade. As apresentações dessas atividades são levadas para a

comunidade tanto do entorno da universidade, quanto de outras localidades, abrangendo um grande número de pessoas. As atividades artísticas produzidas pela universidade, a exemplo de atividades do grupo de dança e do coro, são postadas periodicamente nas redes sociais, levando cultura e conhecimento para um grande número de pessoas.

Embora alguns indicadores tenham tido um percentual pouco expressivo, na análise de frequência, a principal conclusão é que as ações de terceira missão, de cunho social, possuem um potencial em contribuir com a melhoria de todos os pilares de RSU, propostos pelo SINAES. A partir dessa constatação, é possível direcionar as ações dos projetos, para que eles possam contribuir de modo mais significativo para todos os pilares da RSU, propostos pelo SINAES, atendendo assim, as necessidades e demandas da comunidade, de maneira mais efetiva.

## REFERÊNCIAS

APRILE, M. R.; BARONE, R. E. M. Educação superior: políticas públicas para inclusão social. Revista @mbienteeducação, [s. l.], v. 2, n. 1, p. 39-55, mar. 2018.

Disponível em:

<https://publicacoes.unicid.edu.br/index.php/ambienteeducacao/article/view/534/505>.

Acesso em: 14 set. 2022.

ASSMANN, A. Espaços de recordação: formas e transformações da memória cultural. Campinas: UNICAMP, 2011. 456 p.

BARDIN, L. Análise de conteúdo. São Paulo: Edições 70, 2011.

BRASIL. Lei nº 9.795, de 27 de abril de 1999. Dispõe sobre a educação ambiental, institui a Política Nacional de Educação Ambiental e dá outras providências. Diário Oficial da União: seção 1, Brasília, DF, p. 1, 28 abr. 1999. Disponível em:

[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/Leis/L9795.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Leis/L9795.htm). Acesso em: 13 out. 2021

BRASIL. Lei nº 10.861, de 14 de abril de 2004. Institui o Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior – SINAES e dá outras providências. Diário Oficial da União: seção 1, Brasília, DF, p. 3, 15 abr. 2004. Disponível em:

[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_ato2004-2006/2004/lei/110.861.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2004-2006/2004/lei/110.861.htm). Acesso em: 7 maio 2023.

BREÑA, M. Y.; MOLINA, J. Principios éticos y responsabilidad social en la universidad. Administración y Organizaciones, [Ciudad de México], v. 12, n. 24, p. 11-21, jun. 2010. Disponível em:

<https://rayo.xoc.uam.mx/index.php/Rayo/article/view/173>. Acesso em: 20 ago. 2023.

BRUNO, L. Educação e desenvolvimento econômico no Brasil. Revista Brasileira de Educação, [s. l.], v. 16, n. 48, p. 545-562, dez. 2011. DOI

<http://dx.doi.org/10.1590/s1413-24782011000300002>. Disponível em:

<https://www.scielo.br/j/rbedu/a/BbvhJPJGSYw9TCWrYS7mfmb/abstract/?format=html&stop=previous&lang=pt>. Acesso em: 15 set. 2022.

CALDERÓN, A. I. Responsabilidade Social Universitária: contribuições para o fortalecimento do debate no Brasil. *Estudos*, Brasília, v. 24, n. 36, p. 8-22, jun. 2006.

DELOITTE. The economic benefits of improving social inclusion: a report commissioned by SBS. [S. l.: s. n.], 2019. 69 p. E-book. Disponível em: <https://www2.deloitte.com/content/dam/Deloitte/my/Documents/risk/my-risk-sdg10-economic-benefits-of-improving-social-inclusion.pdf>. Acesso em: 8 out. 2022

DIAS SOBRINHO, J. Democratização, qualidade e crise da educação superior: faces da exclusão e limites da inclusão. *Educação & Sociedade*, [s. l.], v. 31, n. 113, p. 1223-1245, dez. 2010. DOI <http://dx.doi.org/10.1590/s0101-73302010000400010>. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/es/a/dFtMDqfdWm75WSc5vKXHCtq/?format=pdf&lang=pt>. Acesso em: 14 set. 2022.

FUENTES, G. R. H.; VALLAEYS, F.; CASTRILLÓN, M. A. G. El aprendizaje organizacional como herramienta para la universidad que aprende a ser responsable socialmente. *Pensamiento Americano*, Barranquilla, v. 11, n. 20, p. 116-140, jan.-jun. 2018. DOI 10.21803/pensam.v11i20.18. Disponível em: <http://publicaciones.americana.edu.co/index.php/pensamientoamericano/article/view/18>. Acesso em: 6 maio 2023.

GIBBS, G. *Análise de dados qualitativos: coleção pesquisa qualitativa*. Porto Alegre: Bookman, 2009.

HORTA, M. L. P.; GRUMBERG, E.; MONTEIRO, A. Q. *Guia básico de educação patrimonial*. Brasília: IPHAN, 1999. 58 p. Disponível em: [http://portal.iphan.gov.br/uploads/temp/guia\\_educacao\\_patrimonial.pdf.pdf](http://portal.iphan.gov.br/uploads/temp/guia_educacao_patrimonial.pdf.pdf). Acesso em: 13 set. 2022.

IPARRAGUIRRE, A. M. D. *La responsabilidad social de la universidad en la promoción del capital social para el desarrollo sustentable*. 2008. 180 f. Trabalho Final (Mestrado em Ciência Política) – Universidad de Carabobo, Naguanagua, 2008. Disponível em: <http://www.eumed.net/libros/2008b/402/index.htm>. Acesso em: 23 set. 2022.

JORGE, M. L.; PEÑA, F. J. A. Analysing the literature on university social responsibility: a review of selected higher education journals. *Higher Education Quarterly*, [s. l.], v. 71, n. 4, p. 302-319, out. 2017. DOI <https://doi.org/10.1111/hequ.12122>. Disponível em: <https://onlinelibrary.wiley.com/doi/10.1111/hequ.12122>. Acesso em: 12 maio 2023.

KRUSS, G. et al. Higher education and economic development: the importance of building technological capabilities. *International Journal of Educational Development*, [s. l.], v. 43, p. 22-31, jul. 2015. DOI <http://dx.doi.org/10.1016/j.ijedudev.2015.04.011>. Disponível em:

<https://www.sciencedirect.ez71.periodicos.capes.gov.br/science/article/pii/S0738059315000528?via%3Dihub>. Acesso em: 15 jul. 2023.

LALL, S.; KRAEMER-MBULA, E. Is african industry competing? Queen Elizabeth House Working Paper Series, Oxford, n. 121, p. 1-39, jan. 2005. Disponível em: <http://citeseerx.ist.psu.edu/viewdoc/summary?doi=10.1.1.505.6774>. Acesso em: 15 set. 2022.

LE MOS, I. B. Narrativas de cotistas raciais sobre suas experiências na universidade. Revista Brasileira de Educação, [s. l.], v. 22, n. 71, p. 1-25, dez. 2017. DOI <http://dx.doi.org/10.1590/s1413-24782017227161>. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/rbedu/a/TPWvbP54rbVxqnDs5WVvcgz/abstract/?lang=pt>. Acesso em: 14 set. 2022.

MANCINELLI, L. N. J.; CÉLIO, M. R. M.; CALDERÓN, A. I. Avaluant la Responsabilitat Social Universitària: el cas del centre de ciències humanes, socials i agràries de la Universitat Federal de Paraíba (Brasil). Anuari de Psicologia de la Societat Valenciana de Psicologia, [s. l.], v. 19, n. 2, p. 1-19, abr. 2019. DOI <http://dx.doi.org/10.7203/anuari.psicologia.19.2.183>. Disponível em: <https://roderic.uv.es/handle/10550/69736>. Acesso em: 3 ago. 2023.

MARSHALL, F. Apresentação: memória cultural, conceito e projeto. In: HALEWICZ, T. Memória cultural polonesa. Porto Alegre: Studio Clio/Vidúguas, 2008. p. 11-17.

MONTESINOS, P. et al. Third mission ranking for world class universities: beyond teaching and research. Higher Education in Europe, [s. l.], v. 33, n. 2-3, p. 259-271, set. 2008. DOI <https://doi.org/10.1080/03797720802254072>. Disponível em: <https://www.tandfonline.com/doi/abs/10.1080/03797720802254072>. Acesso em: 25 jul. 2020

MORGAN, D. L. Focus groups. Annual Review Sociology, [s. l.], v. 22, p. 129-152, ago. 1996. Disponível em: <https://www.annualreviews.org/doi/abs/10.1146/annurev.soc.22.1.129>. Acesso em: 3 mar. 2023.

NUNES, E. B. L. L. P.; PEREIRA, I. C. A.; PINHO, M. J. A Responsabilidade Social Universitária e a avaliação institucional: reflexões iniciais. Avaliação: Revista da Avaliação da Educação Superior (Campinas), [Sorocaba], v. 22, n. 1, p. 165-177, abr. 2017. DOI <http://dx.doi.org/10.1590/s1414-40772017000100009>. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/aval/a/wLhnRvgyQ8RMBzBhg8zcFmf/abstract/?lang=pt>. Acesso em: 21 set. 2022.

RAMOS-MONGE, E. L.; AUDET, X. L.; BARRENA-MARTÍNEZ, J. Universities as corporate entities: the role of social responsibility in their strategic management. In: EMEAGWALI, O. L. (ed.). Corporate governance and strategic decision making. Rijeka: InTech, 2017. cap. 10. E-book. Disponível em: <https://books.google.com.br/books?hl=ptBR&lr=&id=Ev2PDwAAQBAJ&oi=fnd&pg=>

PA199&dq=Universities+as+Corporate+Entities:+The+Role+of+Social+Responsibility+in+Their+Strategic+Management&ots=Jvrv4uec2&sig=WTDwwa8hHs5DdPVHa\_ia seqisw#v=onepage&q=Universities%20as%20Corporate%20Entities%3A%20The%20Role%20of%20Social%20Responsibility%20in%20Their%20Strategic%20Managemen t&f=false. Acesso em: 21 jun. 2023.

RIBEIRO, R. C.; MAGALHÃES, A. M. Política de responsabilidade social na universidade: conceitos e desafios. *Educação, Sociedade & Culturas*, [s. l.], n. 42, p. 133-156, 2014. Disponível em: <https://repositorio-aberto.up.pt/bitstream/10216/77917/2/97463.pdf>. Acesso em: 5 maio 2023.

SAAD, M.; ZAWDIE, G. Introduction to special issue: the emerging role of universities in socio-economic development through knowledge networking. *Science and Public Policy*, [s. l.], v. 38, n. 1, p. 3-6, fev. 2011. Disponível em: <https://academic.oup.com/spp/articleabstract/38/1/3/1694172>. Acesso em: 17 out. 2022.

SCHNURBUS, Verena; EDVARDSSON, Ingi Runar. The Third Mission Among Nordic Universities: a systematic literature review. **Scandinavian Journal Of Educational Research**, [S.L.], v. 66, n. 2, p. 238-260, 14 set. 2020. Informa UK Limited. <http://dx.doi.org/10.1080/00313831.2020.1816577>. Disponível em: [https://www.tandfonline.com/doi/full/10.1080/00313831.2020.1816577?casa\\_token=o9UkwbHU4KsAAAAA%3Asy0AuxIqGPuo\\_9TE4jvYmcb\\_pv3aXeLHbW\\_CHfC-7k4A\\_V0cPwRe2mXj9sJ127SGwNKpqHoW7PTPo0ZU](https://www.tandfonline.com/doi/full/10.1080/00313831.2020.1816577?casa_token=o9UkwbHU4KsAAAAA%3Asy0AuxIqGPuo_9TE4jvYmcb_pv3aXeLHbW_CHfC-7k4A_V0cPwRe2mXj9sJ127SGwNKpqHoW7PTPo0ZU). Acesso em: 23 ago. 2023.